

Nórmās Aplicáveis ao

MESTRADO E DOUTORADO
PROFISSIONAIS EM ECONOMIA

2026

NORMAS APLICÁVEIS AO MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAIS EM ECONOMIA

NORMAS APLICÁVEIS AO MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAIS EM ECONOMIA

Redação alterada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da FGV EESP Ad Referendum Agosto de 2025.

ÍNDICE

CAPÍTULO I.....	6
DA NATUREZA E OBJETIVOS.....	6
CAPÍTULO II.....	6
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
Seção I	7
DA COORDENADORIA.....	7
Seção II	10
DO APOIO À COORDENADORIA.....	10
CAPÍTULO III.....	11
DA ESTRUTURA E CURRÍCULO DOS CURSOS	11
Seção I	11
DA DURAÇÃO DOS CURSOS.....	11
Seção II	11
DA ESTRUTURA CURRICULAR.....	11
CAPÍTULO IV	13
DO CORPO DISCENTE.....	13
Seção I	13
DA COMPOSIÇÃO	13
Seção II	14
DA SELEÇÃO E ADMISSÃO	14
Seção III	14
DA TRANSFERÊNCIA	14
Seção IV	15
DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA	15
CAPÍTULO VI	16
DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS	16
Seção I	16
DA AVALIAÇÃO E FREQUÊNCIA	16
Seção II	17
DA DESIGNAÇÃO DE ORIENTADOR	17
Seção III	18
DO RECONHECIMENTO DE CRÉDITOS.....	18
Seção IV	19
DO PROTOCOLO E APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	19
Seção V	21
DO PROTOCOLO E DEFESA DE TESE DE DOUTORADO	21
Seção VI	22
DOS PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL E DUPLA TITULAÇÃO	22
Seção VII	23

DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA	23
Seção VIII	23
DO CANCELAMENTO DE MATRÍCULA	23
Seção IX	24
DAS PENALIDADES.....	24
Seção X	25
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	25
ANEXO I	26
Área de Concentração: ECONOMIA (MPE e DPE)	26
ANEXO II	27
Área de Concentração: FINANÇAS (MPE e DPE)	27
ANEXO III	28
Grade Curricular: MPE e DPE.....	28

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º O Programa de Mestrado e Doutorado Profissionais em Economia (MDPE) da Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP) é regido pelo Regimento Geral da FGV EESP, que estabelece normas gerais aos programas da Escola, e por estas Normas.

Art. 2º O MDPE compreende os cursos de Mestrado Profissional em Economia (MPE) e Doutorado Profissional em Economia (DPE) e tem os seguintes objetivos:

- I. Formar profissionais de alto nível para os setores público e privado e o terceiro setor;
- II. Constituir-se em ambiente de produção e difusão de conhecimento aplicado nos campos de Economia e Finanças; e
- III. Conferir os graus de Mestre e Doutor.

Art. 3º O MDPE divide-se em áreas de concentração sistematizadas e estruturadas em linhas de pesquisa em torno de disciplinas, projetos de pesquisa e demais atividades específicas.

§1º O MPE tem as seguintes áreas de concentração:

- a. Economia;
- b. Finanças.

§2º O DPE tem as seguintes áreas de concentração:

- a. Economia;
- b. Finanças.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A orientação, supervisão e coordenação administrativa das atividades do MDPE são atribuições da Coordenadoria do MDPE, que terá as competências previstas, ou que venham a ser atribuídas, pela legislação, pelo Estatuto da Fundação Getulio Vargas, pelo Regimento Geral da FGV EESP e por estas Normas.

Art. 5º A Coordenadoria do MDPE conta com o apoio da Área Administrativa da FGV EESP e da Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) da FGV SP.

Seção I
DA COORDENADORIA

Art.6º A Coordenadoria do MDPE é formada por:

- I. O(a) Coordenador(a) do MDPE;
- II. O(a) Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico do MDPE; e
- III. O(a) Supervisor(a) da Pós-graduação *Stricto Sensu* da FGV EESP.

Art.7º O(a) Coordenador(a) do MDPE tem as seguintes atribuições e responsabilidades, em linha com o Regimento da FGV EESP:

- I. Responder pela política de atração de alunos(as) para o MPE e o DPE;
- II. Responder pela qualidade do MDPE, em todas as suas dimensões;
- III. Responder pelo processo de avaliação do MDPE pela CAPES;
- IV. Responder pela gestão dos recursos do MDPE;
- V. Responder pela relação do MDPE com terceiros, internos (Diretoria da FGV EESP, demais programas da FGV EESP e NAPPE, entre outros) ou externos (outras unidades da FGV e a CAPES, entre outros);
- VI. Zelar pelo respeito às ementas e sua efetiva aplicação nos programas das disciplinas e garantir que estas sigam os princípios pedagógicos estabelecidos pelo NAPPE, visando atingir os objetivos de excelência de ensino da Escola;
- VII. Analisar, em conjunto com o NAPPE, os relatórios de avaliação docente e tomar as providências cabíveis, visando a garantia da qualidade do MPE e do DPE;
- VIII. Determinar a oferta de disciplinas e indicar professores(as) para a carga didática do MPE e do DPE, seguindo as orientações do Manual de Elaboração da Carga Didática da FGV EESP;
- IX. Apresentar, anualmente, relatório geral sobre o MDPE para a Direção da FGV EESP; e
- X. Auxiliar a Direção no cumprimento das metas e objetivos definidos em orçamento e no Plano de Negócios da FGV EESP.

Parágrafo único: O NAPPE é a instância responsável pelos princípios pedagógicos da FGV EESP.

Art.8º O (A) Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico do MDPE tem as seguintes atribuições e responsabilidades:

- I. Atuar na atração e seleção de alunos(as) para o MPE e o DPE;

- II. Acompanhar o desempenho acadêmico dos(as) alunos(as) do MPE e do DPE de forma contínua, reportando-se ao(à) Coordenador(a) do MDPE de forma periódica;
- III. Supervisionar o Percurso de Pesquisa do Mestrado e Percurso de Pesquisa do Doutorado, garantindo o seu bom funcionamento;
- IV. Responder pelo apoio e aconselhamento acadêmico dos(as) alunos(as) do MPE e do DPE; e
- V. Representar o(a) Coordenador(a) do MDPE em reuniões e eventos relacionados ao funcionamento do Programa na impossibilidade do comparecimento deste(a) a tais reuniões.

Art.9º Com a anuência da Direção da FGV EESP, o(a) Coordenador(a) do MDPE pode designar Coordenadores de Ênfase para auxiliá-lo(a) em tarefas específicas às áreas de concentração do MDPE, em conformidade com estas Normas, passando a ter as seguintes funções de apoio no âmbito da Coordenação do Programa:

- I. Auxiliar a Coordenação do MDPE para o alinhamento e atualização das ementas, programas e bibliografia das disciplinas com a proposta do programa e da área;
- II. Participar de reuniões semestrais com a Coordenação do MDPE com vistas a realizar uma avaliação do desenvolvimento das disciplinas ao longo do semestre, sugerir alterações ou ajustes na área, atualizar acerca das dissertações/teses defendidas e as que deverão ser defendidas no próximo semestre;
- III. Apoiar a Coordenação do MDPE e o NAPPE FGV EESP na implementação e no monitoramento das metodologias de ensino alinhadas no âmbito da FGV EESP;
- IV. Formar e presidir um Comitê de Área responsável pela avaliação de entregas e orientação aos(as) alunos(as) do MDPE ao longo do Percurso de Pesquisa do Mestrado e Percurso de Pesquisa do Doutorado;
- V. Contribuir no processo seletivo do MDPE nas etapas de captação de candidatos; e
- VI. Auxiliar na fidelização de ex-alunos com o apoio do Alumni FGV EESP.

Art.10 O(A) Coordenador(a) do MDPE e o(a) Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico do MDPE deverão ser escolhidos entre os(as) professores(as) da FGV EESP submetidos ao regime de dedicação integral.

Art.11 Nos afastamentos, impedimentos ou vacância do cargo de Coordenador(a) do MDPE, o cargo será exercido pelo(a) Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico do MDPE e na ausência deste, a

responsabilidade recairá sobre o Vice-Diretor(a) da FGV EESP, até que um(a) novo(a) Coordenador(a) do MDPE seja escolhido(a).

Art.12 Nos afastamentos, impedimentos ou vacância do cargo de Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico do MDPE, o cargo será exercido pelo(a) Coordenador(a) do MDPE até que um(a) novo(a) Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico do MDPE seja escolhido(a).

Art.13 O(A) Supervisor(a) dos Cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* da FGV EESP integra o corpo técnico administrativo da FGV EESP e responde hierarquicamente à Direção da FGV EESP. Ele(a) supervisiona e dá suporte às atividades do(a) Coordenador(a) do MDPE e do(a) Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico do MDPE, tendo as seguintes atribuições e responsabilidades:

- I. Supervisão e apoio às atividades acadêmicas e pedagógicas do MDPE, incluindo:
 - a. Supervisionar o processo de atração e seleção de candidatos(as) para o MPE e o DPE;
 - b. Coordenar a estrutura de apoio aos docentes do MDPE;
 - c. Dar suporte à realização dos eventos do MDPE;
 - d. Dar suporte às atividades interdisciplinares envolvendo o MDPE;
 - e. Dar suporte ao NAPPE no que for necessário para a execução dos princípios pedagógicos e de excelência de ensino da Escola;
 - f. Dar suporte e operacionalizar a elaboração da carga didática do MPE e do DPE;
 - g. Acompanhar a entrega de ementas e de notas finais e conceitos das disciplinas que compõem o MPE e o DPE nos prazos estabelecidos em calendário.
- II. Supervisão do acompanhamento, atendimento e apoio aos(as) alunos(as) do MPE e do DPE, incluindo:
 - a. Acompanhar o desempenho e situação acadêmica dos(as) alunos(as) do MPE e do DPE no sistema de registros e demais plataformas da FGV EESP, informando o(a) Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico do MDPE sobre casos que necessitam de atenção;
 - b. Coordenar a estrutura de atendimento ao(à) aluno(a) no MDPE;
 - c. Analisar requerimentos e solicitações dos(as) alunos(as) do MPE e do DPE;
 - d. Articular com outras áreas de apoio ao(à) aluno(a) na FGV EESP, entre elas o NAPPE, Alumni e o Pró-Saúde;
 - e. Articular com a SRA para garantir o bom funcionamento dos processos de acompanhamento e atendimento ao(à) aluno(a).

- III. Supervisão da gestão dos recursos do MDPE, prestando as informações necessárias para a Gerência Financeira da FGV EESP.
- IV. Supervisão de assuntos relativos ao regime escolar e a aspectos legais e avaliativos do MDPE, incluindo:
 - a. Aplicar estas Normas, em consulta ao(à) Coordenador(a) do MDPE e, se necessário, à Direção da FGV EESP;
 - b. Garantir o cumprimento de determinações legais derivadas da regulação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
 - c. Supervisionar o processo de inserção das informações do MDPE na Plataforma Sucupira e atendimento de requisitos decorrentes do processo de avaliação do MDPE pela CAPES;
 - d. Articular com a Gerência Administrativa da FGV EESP para questões relativas aos processos avaliativos do Programa.
- V. Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento da gestão do MDPE e prestar informações à área de processos internos da FGV EESP, para continua melhora dos processos de gestão da Escola.
- VI. Zelar pela organização dos ambientes de gestão e acadêmico no Campus Virtual da FGV EESP e pela documentação disponível nestes ambientes.

Seção II

DO APOIO À COORDENADORIA

Art.14 A SRA prestará serviços à Coordenadoria do MDPE de acordo com as Normas da Fundação Getulio Vargas.

Art.15 O apoio da Área Administrativa será executado por funcionários(as) específicos(as), auxiliados(as) pelos demais membros do corpo técnico-administrativo da FGV EESP, por designação do(a) Diretor(a) da FGV EESP.

Parágrafo Único: Compete ao corpo técnico-administrativo da FGV EESP atuar em colaboração com a SRA com vistas ao bom desempenho das funções e atividades de registro.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E CURRÍCULO DOS CURSOS

Seção I

DA DURAÇÃO DOS CURSOS

- Art.16** A duração máxima do curso de MPE é de 26 (vinte e seis) meses letivos, excetuados desse prazo os períodos de trancamento de matrícula.
- Art.17** A duração máxima do curso de DPE é de 50 (cinquenta) meses letivos, excetuados desse prazo os períodos de trancamento de matrícula.
- Art.18** O ano letivo regular para o Programa de MDPE é estabelecido pela legislação vigente.
- §1º** O ano escolar pode ser dividido em termos letivos autônomos e específicos para cada curso.
- §2º** Um trimestre letivo é entendido como um quarto do número de dias do ano letivo regular.
- Art.19** Cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas-aula.

Seção II

DA ESTRUTURA CURRICULAR

- Art.20** Os currículos do MPE e do DPE são aprovados pelo Conselho de Ensino, Extensão e Pesquisa da FGV EESP (C.E.P.E), respeitado o disposto nestas normas.
- Parágrafo Único:** A proposta de um novo currículo deverá ser realizada por um grupo de professores, preferencialmente do Programa, sugerido pela Coordenação e aprovado pela Direção, nos moldes do Núcleo Docente Estruturante do CGE.
- Art.21** O curso de MPE exige a obtenção 24 (vinte e quatro) créditos, sendo 16 créditos de disciplinas obrigatórias e 8 créditos de disciplinas eletivas.
- Art.22** O curso de DPE exige a obtenção de 36 (trinta e seis), sendo 18 créditos de disciplinas obrigatórias e 18 créditos de disciplinas eletivas.
- Art.23** As disciplinas constantes dos currículos do MPE e do DPE classificam-se em obrigatórias e eletivas.

- §1º** As disciplinas obrigatórias têm por objetivo tornar o corpo discente proficiente em conhecimentos essenciais de economia, finanças e/ou métodos quantitativos. Os Anexos I e II listam as disciplinas obrigatórias por área de concentração para cada curso do MDPE.
- §2º** As disciplinas eletivas têm por objetivo aprofundar o conhecimento do corpo discente em aspectos específicos de um determinado núcleo de conhecimento.
- §3º** Considera-se como eletiva qualquer disciplina que não seja obrigatória para a área de concentração sendo seguida, inclusive aquelas obrigatórias em outras áreas de concentração do MDPE.
- §4º** O(a) discente pode ainda se inscrever em disciplinas de outros programas de pós-graduação *stricto sensu*, mediante aprovação da Coordenadoria do MDPE.

Art. 24 Além de cumprir os créditos exigidos, o(a) discente do MPE deve cumprir o Percorso de Pesquisa do Mestrado, composto por disciplinas trimestrais.

- §1º** As disciplinas do Percorso de Pesquisa do Mestrado têm por finalidade acompanhar o desenvolvimento da dissertação do(a) discente, prestando apoio complementar à orientação acadêmica, com vistas a assegurar a adequada evolução do trabalho de conclusão.
- §2º** Não há atribuição de créditos para as disciplinas do Percorso de Pesquisa do Mestrado.
- §3º** A matrícula nas disciplinas do Percorso de Pesquisa do Mestrado obedece aos mesmos procedimentos e prazos das disciplinas que acumulam créditos. Um(a) aluno(a) pode matricular-se nas disciplinas do Percorso de Pesquisa do Mestrado somente se estiver com cadastro atualizado no sistema Lattes do CNPq (CV Lattes).
- §4º** O(a) discente deverá iniciar a participação nas disciplinas de Percorso de Pesquisa do Mestrado a partir do 6º trimestre de curso, sendo obrigatória a aprovação em dois Percursos de Pesquisa para fins de titulação.
- §5º** Os critérios de aprovação das disciplinas de Percorso de Pesquisa do Mestrado incluem a exigência de frequência mínima de 75% às sessões e o cumprimento das atividades e entregas estabelecidas pelo(a) professor(a) responsável.

Art.25 Além de cumprir os créditos exigidos, o(a) discente do DPE deve cumprir o Percorso de Pesquisa do Doutorado, composto por disciplinas semestrais.

- §1º** As disciplinas do Percorso de Pesquisa do doutorado têm por finalidade acompanhar o desenvolvimento da tese do(a) discente prestando apoio complementar à orientação acadêmica, com vistas a assegurar a adequada evolução da tese.
- §2º** Não há atribuição de créditos para as disciplinas do Percorso de Pesquisa do Doutorado.

- §3º** A matrícula nas disciplinas do Percurso de Pesquisa do Doutorado obedece aos mesmos procedimentos e prazos das disciplinas que acumulam créditos. Um(a) aluno(a) pode matricular-se nas disciplinas do Percurso de Pesquisa do Doutorado somente se estiver com cadastro atualizado no sistema Lattes do CNPq (CV Lattes).
- §4º** O(a) discente deve iniciar a participação nas disciplinas de Percurso de Pesquisa do Doutorado a partir do 9º trimestre de curso, sendo obrigatória a aprovação em três Percursos para fins de titulação.
- §5º** Os critérios de aprovação das disciplinas de Percurso de Pesquisa do Doutorado incluem a exigência de frequência mínima de 75% às sessões e o cumprimento das atividades e entregas estabelecidas pelo(a) professor(a) responsável.

CAPÍTULO IV

DO CORPO DISCENTE

Seção I

DA COMPOSIÇÃO

- Art.26** O corpo discente do MDPE será constituído por alunos(as) regulares e alunos(as) avulsos(as).
- §1º** Alunos(as) regulares devem ser portadores(as) de certificado de conclusão ou diploma de curso superior em instituição de ensino devidamente credenciada ou legalmente reconhecida pelo MEC.
- §2º** Entende-se por alunos(as) regulares aqueles(as) aprovados(as) em processo seletivo designado para tal fim e matriculados(as) no MDPE.
- §3º** Apenas alunos(as) regulares têm direito à orientação formalizada no MDPE e a receber os graus de Mestre e Doutor(a) conferidos pelo Programa.
- §4º** Entende-se por alunos(as) avulsos(as) aqueles(as) que estejam cursando disciplinas isoladas, com matrícula aprovada pelo(a) Coordenador(a) do MDPE, apesar de não terem sido aprovados(as) em processo seletivo do MDPE.
- §5º** Um(a) aluno(a) avulso(a) pode pedir aproveitamento de até 4 (quatro) créditos ao ingressar como aluno(a) regular. Aluno(a) avulso(a) não pode cursar mais que duas disciplinas no mesmo trimestre letivo.

Seção II

DA SELEÇÃO E ADMISSÃO

- Art.27** Serão admitidos como alunos(as) regulares no MDPE somente candidatos(as) portadores de certificados ou diploma de curso superior, em curso reconhecido pelas autoridades competentes
- Art.28** O processo de seleção no MDPE será regulamentado por meio de Edital específico para cada curso do MDPE, a ser publicado em site da Central de Processos Seletivos da FGV, com antecedência mínima de 15 dias do início das inscrições, sem prejuízo de outros meios de propagação e publicidade.
- §1º** Cada área de concentração no MDPE pode ter seus próprios requisitos para admissão de alunos(as), que serão definidos por edital.
- §2º** O número de vagas para o MDPE é fixado pela Direção da FGV EESP, levando-se em consideração a demanda existente e a disponibilidade de docentes habilitados.
- Art.29** No ato da matrícula, os(as) candidatos(as) aprovados(as) deverão apresentar os documentos exigidos pelas normas de matrícula do MDPE, especificadas no Edital do processo de seleção.
- Parágrafo Único:** O(a) aluno(a) ingressante que não efetuar sua matrícula no período definido pelo Edital de seleção perderá, automaticamente, sua vaga no MDPE.
- Art.30** O resultado do processo seletivo deverá ser homologado pelo(a) Coordenador(a) do MDPE antes de sua publicação.

Seção III

DA TRANSFERÊNCIA

- Art.31** A transferência de alunos(as) de cursos de igual nível, de origem externa ou interna à FGV EESP, pertencentes a áreas afins, poderá ser admitida, desde que a origem seja de um curso recomendado pela CAPES, mediante a existência de vaga e de aprovação em processo seletivo.
- §1º** O processo seletivo de transferência será definido pelo(a) Coordenador(a) do MDPE por meio de Edital de transferência.
- §2º** Mediante solicitação de transferência e após a análise de documentação apresentada nos termos previstos no Edital de transferência, o(a) Coordenador(a) do MDPE emitirá parecer sobre o pedido de transferência e, em caso de aceite, o aproveitamento de créditos e/ou

equivalências de disciplinas obtidas em outro(s) programa(s) de pós-graduação *stricto sensu*.

§3º Alunos(as) dos Programas de Mestrado Profissional da FGV EPGE e da FGV EPPG poderão requerer transferência e matrícula para o curso de MPE da FGV EESP, nas áreas de concentração de Economia e Finanças, em qualquer trimestre do curso, antes do início do respectivo trimestre, respeitadas as datas estabelecidas no Calendário Escolar.

Art.32 O(a) discente do Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Finanças e Economia (Master) da FGV EESP poderá solicitar a transferência para o curso de MPE, desde que atenda aos seguintes requisitos:

§1º Ter cursado carga horária igual ou superior a 150 horas-aula, em disciplinas pré-estabelecidas pelo(a) Coordenador(a) do Master, sendo pelo menos 90 horas-aulas em disciplinas do Master e pelo menos 60 horas-aula em disciplinas do MDPE;

§2º Ter média geral igual ou superior a 8 (oito), nas disciplinas cursadas, conforme item acima.

§3º Realizar solicitação junto à secretaria do Master, conforme requerimento próprio, respeitando os prazos do processo seletivo do MDPE.

Seção IV

DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA

Art.33 O(a) discente do MDPE regularmente matriculado(a) poderá ser excluído(a) do Programa, após avaliação do(a) Coordenador(a) do MDPE, quando ocorrer uma ou mais situações abaixo:

§1º Não realizar a matrícula semestralmente, nos prazos estabelecidos em calendário, interromper ou abandonar o curso sem solicitar trancamento de matrícula.

§2º Reprovar em pelo menos três disciplinas.

§3º Reprovar duas vezes em uma mesma disciplina obrigatória.

§4º Não ser aprovado em pelo menos duas das disciplinas do Percurso de Pesquisa do Mestrado ou em três disciplinas do Percurso de Pesquisa do Doutorado até a data de entrega do protocolo de defesa.

§5º Não obter os créditos necessários para completar o curso (24 créditos no MPE e 36 créditos no DPE).

§6º Apresentar comportamento inadequado aos padrões estabelecidos pelo Regimento Geral da FGV EESP, Artigos 67 a 70.

Art.34 Em caso de desligamento do curso, o(a) discente poderá encaminhar recurso junto ao C.E.P.E da FGV EESP em até 5 dias corridos.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS

Seção I

DA AVALIAÇÃO E FREQUÊNCIA

Art.35 O desempenho do(a) discente em cada disciplina será avaliado por meio de nota ou conceito, conforme a natureza da disciplina:

§1º Nas disciplinas regulares do programa, a nota final será expressa em escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo calculada como média ponderada das notas atribuídas às avaliações intermediárias e à avaliação final.

§2º O peso atribuído a cada componente de avaliação, que não poderá ser superior a 60%, será determinado pelo(a) professor(a) da disciplina e deverá constar na respectiva ementa.

§3º Nota igual ou superior a 6 (seis) representa desempenho Satisfatório na disciplina; nota inferior a 6 (seis) representa desempenho Insatisfatório.

§4º Nas disciplinas de Percurso de Pesquisa do Mestrado e de Percurso de Pesquisa do Doutorado, o(a) discente será avaliado por conceito, podendo obter apenas os resultados Satisfatório ou Insatisfatório, conforme o cumprimento das atividades e entregas definidas pelo(a) professor(a) responsável.

Art.36 Exceto as disciplinas de Percurso de Pesquisa do Mestrado e Percurso de Pesquisa do Doutorado, as disciplinas obrigatórias e eletivas do programa preveem a realização de uma avaliação substitutiva para o(a) discente que não comparecer na data da avaliação final da disciplina.

§1º O discente poderá solicitar a substituição apenas da avaliação final da disciplina.

§2º A data da avaliação substitutiva deverá constar no calendário acadêmico do curso.

§3º O discente poderá solicitar a avaliação substitutiva, mediante requerimento pelo Aluno On Line. O prazo para protocolar o requerimento é de até de 1 (um) dia útil após a data da aplicação da avaliação final.

§4º O(a) professor(a) tem o prazo de 7 (sete) dias corridos da data da aplicação da avaliação final ou o dia seguinte à aplicação da avaliação substitutiva para encerrar o diário de classe no Docente On Line.

§5º O prazo para discentes solicitarem a revisão exclusivamente da avaliação final de uma disciplina é de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do resultado pela SRA. O prazo final para discentes solicitarem a revisão de qualquer outra avaliação de uma disciplina é até o dia de realização ou entrega de avaliação final da disciplina.

Art.37 Considera-se reprovado(a) o(a) discente que tiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas ministradas, excetuadas faltas previstas na legislação vigente.

Parágrafo único: A tolerância máxima de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas abrange aquelas motivadas por gala, nojo e outros impedimentos previstos em lei (por exemplo, convocação militar, eleitoral, intimação judicial, doação de sangue, recebimento de PIS e licença paternidade).

Art.38 A média geral de cada discente corresponde à média ponderada das notas finais das disciplinas cursadas na FGV EESP em que obteve aprovação, usando como peso o número de créditos da respectiva disciplina. Não entram no cômputo as disciplinas realizadas fora da FGV EESP.

Seção II

DA DESIGNAÇÃO DE ORIENTADOR

Art.39 Discentes do MPE e do DPE deverão protocolar, até o 5º (quinto) trimestre de curso, requerimento ao(à) Coordenador(a) do MDPE, elencando seu(sua) orientador(a) principal e, caso seja necessário, seu(sua) coorientador(a), com sua(s) anuência(s) expressa(s), e respeitada as quotas de orientação fixadas pelo(a) Coordenador(a) do MDPE.

§1º Cada discente terá um(a) orientador(a) principal e, no máximo, um(a) coorientador(a) de dissertação de mestrado ou tese de doutorado.

§2º O(a) orientador(a) principal e coorientador(a) devem possuir título de Doutorado.

§3º O(a) orientador(a) principal deve pertencer à lista de orientadores estabelecida pelo(a) Coordenador(a) do MDPE. O(a) coorientador(a) que não pertencer à lista de orientadores deverá ter seu nome aprovado pelo(a) Coordenador(a) do MDPE.

Art.40 Compete ao(à) orientador(a):

- §1º Participar ativamente do desenvolvimento acadêmico dos(as) alunos(as) sob sua supervisão incentivando a produção e publicação de trabalhos, bem como a participação efetiva em reuniões científicas e profissionais.
- §2º Orientar seus(suas) alunos(as) na elaboração da dissertação.
- §3º Avaliar os textos finais das dissertações ou teses de seus(suas) orientandos(as).
- §4º Presidir as bancas examinadoras de seus(suas) orientandos(as).

Art.41 Compete ao(à) coorientador(a):

- §1º Colaborar com o orientador e o discente nos aspectos da pesquisa que correspondam à sua área de especialização.
- §2º Participar de reuniões de orientação, quando convocado pelo orientador ou a pedido do discente, para contribuir com a análise e a discussão dos resultados da pesquisa.

Art.42 Discentes podem requerer ao(à) Coordenador(a) do MDPE, a qualquer tempo, substituição de (co)orientador(a), com a ciência do(a/s) professor(a/es) substituído(a/s) e substituto(a/s), respeitadas as quotas de orientação fixadas pelo(a) Coordenador(a) do MDPE.

Art.43 Um(a) (co)orientador(a) de dissertação ou tese pode declinar da orientação de um(a) discente, a qualquer tempo, mediante notificação escrita ao(à) Coordenador(a) do MDPE.

Seção III

DO RECONHECIMENTO DE CRÉDITOS

Art.44 As condições necessárias para o reconhecimento de créditos são:

- §1º Entregar protocolo de requerimento até o último dia letivo do quarto trimestre de curso, excetuados os(as) discentes que requererem transferência da FGV EPGE ou da FGV EPPG.
- §2º Que a disciplina tenha sido cursada em algum programa de Mestrado da FGV ou em outro programa nacional ou internacional de pós-graduação *stricto sensu* de reconhecida idoneidade.
- §3º Apresentar ementa da disciplina cursada, com indicação do(a) professor(a) responsável, período em que foi cursada, carga horária e rendimento acadêmico satisfatório.
- §4º Apresentar histórico escolar autenticado.

- §5º** O limite para reconhecimento de créditos no MPE não poderá ultrapassar 8 (oito) de créditos de disciplinas do programa. O aproveitamento de créditos, em caso de reingresso, fica sujeito à análise e aprovação da coordenação do programa.
- §6º** O limite para reconhecimento de créditos no DPE não poderá ultrapassar 12 (doze) créditos de disciplinas do programa. Ex-alunos(as) do Mestrado estão isentos deste limite tendo aproveitamento sujeito à análise e aprovação da coordenação do programa, em conformidade com o conteúdo acadêmico das disciplinas vigentes. O aproveitamento de créditos, em caso de reingresso, fica sujeito à análise e aprovação da coordenação do programa.
- §7º** Os créditos podem ser reconhecidos até o prazo máximo de 5 (cinco) anos após sua obtenção, contados da data do protocolo do requerimento. Aos(às) portadores de título, não incide caducidade sobre créditos relativos às disciplinas do curso em que foi obtido o título.

Art.45 Alunos egressos da FGV poderão solicitar dispensa das disciplinas de Microeconomia, Matemática, Macroeconomia e Econometria.

Parágrafo único: Os critérios para solicitação de dispensa, bem como o processo de avaliação, são definidos em Comunicação Interna da FGV EESP.

Seção IV

DO PROTOCOLO E APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

- Art.46** Para obter o título de Mestre Profissional, o(a) discente deve:
- Obter os créditos exigidos em seu curso;
 - Ser aprovado(a) em pelo menos duas disciplinas do Percorso de Pesquisa do Mestrado;
 - Obter, caso necessário, a devida aprovação do Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEPH) da Fundação Getulio Vargas, certificando que seus procedimentos experimentais seguem os padrões aceitos nacional e internacionalmente, segundo as normas legais e melhores práticas científicas e éticas;
 - Defender o trabalho com sucesso perante a banca examinadora.
- Art.47** A dissertação é julgada por banca examinadora integrada por ao menos 3 (três) professores(as) doutores(as). Cabe ao(à) orientador(a) principal presidir a banca, que deve obrigatoriamente contar com a presença ao menos um membro externo. É considerado membro externo o(a) professor(a)

doutor(a) que não faz parte do corpo docente do MDPE. O (A) coorientador(a), se houver, pode participar da banca como convidado(a).

§1º A banca examinadora deliberará se a dissertação está aprovada sem restrições, aprovada com restrições ou reprovada. Por meio de seu(sua) presidente, a banca dará pleno conhecimento do resultado do exame ao(à) discente e encaminhará ata sucinta da avaliação ao(à) Coordenador(a) do MDPE.

§2º Em caso de aprovação, com ou sem restrição, o(a) discente terá 30 (trinta) dias após a apresentação para submeter a versão final da dissertação levando em consideração quaisquer alterações sugeridas pela banca examinadora. O protocolo deve ser o seguinte:

- a. Arquivo eletrônico (em PDF) contendo a dissertação na íntegra para publicação na Biblioteca Digital da FGV;
- b. Carta de encaminhamento do(a) orientador(a) principal com a aprovação das mudanças realizadas para contemplar as correções sugeridas pela banca;
- c. Cópia impressa do registro no sistema Lattes/CNPq da dissertação aprovada.

§3º Em caso de reprovação, o(a) discente é automaticamente desligado(a) do Curso.

Art.48 A dissertação deve ser protocolada na SRA dentro dos prazos estabelecidos pelo Programa.

- a. O protocolo de dissertação somente é permitido ao(à) discente que tenha concluído todas as exigências curriculares e obtido aprovação do(a) orientador(a) principal e do(a) Coordenador(a) do MDPE.
- b. A apresentação de dissertação deve ocorrer no mínimo 15 (quinze) dias e no máximo 60 (sessenta) dias após a data de protocolo da dissertação.

Art.49 A dissertação pode ser redigida em português, inglês ou espanhol. Nos casos de língua estrangeira, deve obrigatoriamente conter palavras-chave e resumo redigido em português, sintetizando o conteúdo da dissertação.

Parágrafo único: Em caso de aprovação, o(a) Coordenador(a) do MDPE poderá encaminhar a referida dissertação para concorrer a prêmios compatíveis.

Seção V

DO PROTOCOLO E DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

Art.50 Para obter o título de Doutor(a), o(a) discente deve:

- a. Obter os créditos exigidos em seu curso;
- b. Ser aprovado(a) em pelo menos três disciplinas do Percurso de Pesquisa do Doutorado;
- c. Obter, caso necessário, a devida aprovação do Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEPH) da Fundação Getulio Vargas, certificando que seus procedimentos experimentais seguem os padrões aceitos nacional e internacionalmente, segundo as normas legais e melhores práticas científicas e éticas;
- d. Defender e ter aprovado Projeto de Tese para uma banca de qualificação composta por 3 (três) professores(as) do Programa do Mestrado e Doutorado Profissionais em Economia da FGV EESP até o final do 6º (sexto) semestre. Caso o projeto seja reprovado, o(a) discente terá até 60 (sessenta) dias para reapresentar o Projeto de Tese para a banca;
- e. Defender e ter aprovada tese que, além de revelar conhecimento da bibliografia atualizada e capacidade de sistematização de ideias, represente uma contribuição efetiva para o conhecimento do tema.

Art.51 A tese é julgada por banca examinadora integrada por 5 (cinco) professores(as) doutores(as). Cabe ao(à) orientador(a) principal presidir a banca, que deve obrigatoriamente contar com a presença de ao menos dois membros externos. É considerado membro externo o(a) professor(a) doutor(a) que não faz parte do corpo docente do MDPE. O(A) coorientador(a), se houver, pode participar da banca como convidado(a).

§1º A banca examinadora deliberará se a tese está aprovada sem restrições, aprovada com restrições, ou reprovada. Por meio de seu(sua) presidente(a), a banca dará pleno conhecimento do resultado do exame ao(à) aluno(a) e encaminhará ata sucinta da avaliação ao(à) Coordenador(a) do MDPE.

§2º Em caso de aprovação, com ou sem restrição, o(a) discente terá 30 (trinta) dias após a apresentação para submeter a versão final da tese levando em consideração quaisquer alterações sugeridas pela banca examinadora. O protocolo deve ser o seguinte:

- a. Arquivo eletrônico (em PDF) contendo a tese na íntegra para publicação na Biblioteca Digital da FGV;
- b. Carta de encaminhamento do(a) orientador(a) principal com a aprovação das mudanças realizadas para contemplar as correções sugeridas pela banca;

- c. Cópia impressa do registro no sistema LATTES/CNPq da tese aprovada.

§3º Em caso de reprovação, o(a) discente é automaticamente desligado do Curso.

Art.52 A tese deve ser protocolada na Secretaria de Registros Acadêmicos dentro dos prazos estabelecidos pelo Programa.

- a. O protocolo de tese somente é permitido ao(à) aluno(a) que tenha concluído todas as exigências curriculares e obtido aprovação do(a) orientador(a) principal e do(a) Coordenador(a) do MDPE.
- b. A defesa de tese deve ocorrer no mínimo 15 (quinze) dias e no máximo 60 (sessenta) dias após a data de protocolo da tese.

Art.53 A tese pode ser redigida em português, inglês ou espanhol. Nos casos de língua estrangeira, deve obrigatoriamente conter palavras-chave e um resumo redigido em português, sintetizando o conteúdo da tese.

Parágrafo único: Em caso de aprovação, o(a) Coordenador(a) do MDPE poderá encaminhar a referida tese para concorrer a prêmios compatíveis.

Seção VI

DOS PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL E DUPLA TITULAÇÃO

Art.54 Somente podem participar de programas de intercâmbio internacional discentes que tiverem cursado ao menos um ano letivo e obtido o parecer favorável de seu(sua) orientador(a) principal e do(a) Coordenador(a) do MDPE.

Art.55 O(a) participante interessado(a) na obtenção de dupla titulação concedida por instituições com as quais a FGV EESP mantém acordo, deve formalizar para o(a) Coordenador(a) do MDPE sua intenção de participar do programa. Caberá ao(à) Coordenador(a) do MDPE aceitar ou não o pedido e definir as disciplinas que cursará para obtenção do título. A aprovação final compete à Escola de destino, observando-se seus procedimentos específicos.

Seção VII

DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Art.56 Havendo razão relevante, o(a) discente poderá solicitar o trancamento de matrícula a qualquer momento a partir do segundo semestre do Curso, conforme calendário.

§1º O trancamento poderá ocorrer somente em casos excepcionais, após análise do(a) Coordenador(a) do MDPE, mediante apreciação de requerimento do(a) discente acompanhado de parecer do(a) orientador(a), com justificativa circunstanciada e comprovada, dentro dos prazos estabelecidos no calendário do MDPE. O trancamento por motivos de saúde deverá vir acompanhado de documentação médica substanciando o pedido.

§2º O trancamento pode durar de um a quatro trimestres letivos, com duração máxima de um ano. O período de trancamento de matrícula não contará para efeito de contagem do tempo máximo para conclusão do curso.

§3º Não existe a possibilidade de trancamento de disciplinas isoladas. No MPE, tampouco existe a possibilidade de trancamento após conclusão dos créditos, exceto por motivos de saúde.

§4º O(a) discente que trancar matrícula fica sujeito às Normas Operacionais vigentes para a turma com a qual prossegue o Curso.

Art.57 O(a) discente que interromper ou abandonar o curso sem requerer trancamento de matrícula terá sua matrícula cancelada.

Parágrafo Único: Excepcionalmente, a reabertura da matrícula poderá ser concedida pelo(a) Coordenador(a) do MDPE, com o(a) discente ficando sujeito(a) às Normas Operacionais vigentes para a turma com a qual prossegue o Curso.

Seção VIII

DO CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

Art.58 Exceto a hipótese prevista na Seção anterior, o(a) discente não pode afastar-se unilateralmente do Curso, sob pena de ter a matrícula cancelada.

Art.59 O descumprimento de quaisquer prazos estabelecidos nestas Normas pode implicar, a critério do(a) Coordenador(a) do MDPE, no cancelamento de matrícula a partir do trimestre letivo subsequente.

- Art.60** A reintegração ao Curso poderá ser solicitada ao(à) Coordenador(a) do MDPE, mediante requerimento instruído com relatório de atividades. A concessão dependerá de análise e aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (C.E.P.E.) da FGV EESP.
- Art.61** Os períodos letivos em que os(as) alunos(as) têm matrícula cancelada são computados para efeito dos prazos previstos para conclusão do curso.
- Art.62** Ao se rematricular, o(a) discente fica sujeito(a) às condições do Regimento e Normas em vigor na data de sua reintegração, implicando, eventualmente em perdas de direitos anteriores e contração de novas obrigações.

Seção IX

DAS PENALIDADES

- Art.63** O corpo discente do Programa de MDPE está sujeito ao regime disciplinar descrito no Regimento Geral da FGV EESP, capítulo “Do Regime Disciplinar”.
- §1º** A formalização das penas de Advertência, Suspensão e Repreensão será de competência do(a) Coordenador(a) do MDPE.
- §2º** No caso de indisciplina em sala de aula, o(a) discente que for advertido(a) formalmente por um(a) professor(a) sofrerá a pena de Advertência. A reincidência da pena de Advertência implicará em Repreensão com Suspensão do curso por 10 (dez) dias corridos.
- §3º** Para as faltas definidas no Artigo 69 do Regimento Geral da FGV EESP será aplicada a penalidade de Repreensão com Suspensão do curso por 10 (dez) dias corridos.
- §4º** No caso de cola ou plágio em uma avaliação de disciplina, será aplicada a todos os alunos e alunas envolvidos na fraude a penalidade de Repreensão e Reprovação na disciplina de ocorrência da fraude.
- §5º** No caso de plágio em tese ou dissertação, será aplicada a pena de Exclusão. O desligamento do curso será comunicado por meio de ofício emitido pelo(a) Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico e enviado pela SRA. O(a) aluno(a) desligado(a) poderá encaminhar recurso contra o desligamento ao(à) Coordenador(a) de Ensino e Apoio Pedagógico em até 5 (cinco) dias corridos contados a partir do recebimento do ofício de desligamento. O recurso contra o desligamento, que precisa ser substanciado pelo(a) aluno(a), será analisado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (C.E.P.E.) da FGV EESP, não cabendo recurso à decisão do C.E.P.E.
- §6º** Aos(às) discentes que receberem duas penas de Repreensão será aplicada a pena de Exclusão.

Art.64 Por plágio entende-se a cópia *ipsis literis* de trechos de trabalhos de terceiros, simples tradução de texto em língua estrangeira ou ainda a “cópia velada”, com pequenas alterações de palavras ou estilo, sem a devida identificação da fonte de onde foi retirado o trecho em questão ou que inspirou a redação com pequenas alterações. Pequenas modificações de longos trechos de outras obras sem a devida citação também constitui plágio. Citações longas devem ser formatadas e identificadas conforme as normas habituais da ABNT.

Art.65 Os(As) alunos(as) do MDPE deverão cumprir as Normas, o Regimento, Código de Integridade Acadêmica da FGV EESP bem como Código de Ética e Conduta da FGV.

Seção X

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.66 O prazo para conclusão do curso é computado a partir da data de início da primeira disciplina regular do programa.

Art.67 Casos omissos são julgados pelo(a) Coordenador(a) do MDPE, em consulta à Direção da FGV EESP.

ANEXO I

Área de Concentração: ECONOMIA (MPE e DPE)

Disciplinas Obrigatórias do MPE

1. Matemática
2. Macroeconomia
3. Microeconomia
4. Econometria
5. Econometria de Séries Temporais
6. Economia Brasileira
7. Macroeconometria
8. Economia do Setor Público
9. Percurso de Pesquisa do Mestrado I
10. Percurso de Pesquisa do Mestrado II
11. Percurso de Pesquisa do Mestrado III

Disciplinas Obrigatórias do DPE

1. Matemática
2. Macroeconomia
3. Microeconomia
4. Econometria
5. Econometria de Séries Temporais
6. Economia Brasileira
7. Macroeconometria
8. Economia do Setor Público
9. Estratégias Empíricas em Economia e Finanças
10. Percurso de Pesquisa do Doutorado I
11. Percurso de Pesquisa do Doutorado II
12. Percurso de Pesquisa do Doutorado III
13. Percurso de Pesquisa do Doutorado IV

ANEXO II

Área de Concentração: FINANÇAS (MPE e DPE)

Disciplinas Obrigatórias do MPE

1. Matemática
2. Macroeconomia
3. Microeconomia
4. Econometria
5. Econometria de Séries Temporais
6. Finanças Corporativas
7. Investimentos
8. Derivativos
9. Percurso de Pesquisa do Mestrado I
10. Percurso de Pesquisa do Mestrado II
11. Percurso de Pesquisa do Mestrado III

Disciplinas Obrigatórias do DPE

1. Matemática
2. Macroeconomia
3. Microeconomia
4. Econometria
5. Econometria de Séries Temporais
6. Finanças Corporativas
7. Investimentos
8. Derivativos
9. Estratégias Empíricas em Economia e Finanças
10. Percurso de Pesquisa do Doutorado I
11. Percurso de Pesquisa do Doutorado II
12. Percurso de Pesquisa do Doutorado III
13. Percurso de Pesquisa do Doutorado IV

ANEXO III

Grade Curricular: MPE e DPE

Grade Curricular - MPE			
Ano	Trimestre	Economia	Finanças
1º	1º	Matemática	Matemática
		Macroeconomia	Macroeconomia
	2º	Microeconomia	Microeconomia
		Econometria	Econometria
	3º	Econometria de Séries Temporais	Econometria de Séries Temporais
		Economia Brasileira	Finanças Corporativas
	4º	Macroeconometria	Investimentos
		Economia do Setor Público	Derivativos
2º	5º	Eletiva 1	Eletiva 1
		Eletiva 2	Eletiva 2
	6º	Percurso de Pesquisa do Mestrado I	
		Eletiva 3	Eletiva 3
	7º	Percurso de Pesquisa do Mestrado II	
		Eletiva 4	Eletiva 4
	8º	Percurso de Pesquisa do Mestrado III	
3º	9º	Dissertação	

Grade Curricular - DPE			
Ano	Trimestre	Economia	Finanças
1º	1º	Matemática	Matemática
		Macroeconomia	Macroeconomia
	2º	Microeconomia	Microeconomia
		Econometria	Econometria
	3º	Econometria de Séries Temporais	Econometria de Séries Temporais
		Economia Brasileira	Finanças Corporativas
	4º	Macroeconometria	Investimentos
		Economia do Setor Público	Derivativos
2º	5º	Estratégias Empíricas em Economia e Finanças	Estratégias Empíricas em Economia e Finanças
		Eletiva 1	Eletiva 1
	6º	Eletiva 2	Eletiva 2
		Eletiva 3	Eletiva 3
	7º	Eletiva 4	Eletiva 4
		Eletiva 5	Eletiva 5
	8º	Eletiva 6	Eletiva 6
		Eletiva 7	Eletiva 7
3º	9º	Eletiva 8	Eletiva 8
	10º	Eletiva 9	Eletiva 9
	11º	Percurso de Pesquisa do Doutorado II	
	12º		
4º	13º	Percurso de Pesquisa do Doutorado III	
	14º		
	15º	Percurso de Pesquisa do Doutorado IV	
	16º		
5º	17º	Tese	

Percurso de Pesquisa do
Doutorado I